

A EXPANSÃO DOS EMPRÉSTIMOS ÀS FAMÍLIAS EM UM CENÁRIO DE ELEVAÇÃO DA SELIC

IX Reunião Anual de Iniciação Científica da UFRRJ (RAIC 2021/2022) e III Reunião Anual de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (RAIDTec 2021/2022) - UFRRJ, 0ª edição, de 15/05/2023 a 19/05/2023
ISBN dos Anais: 978-65-5465-041-0

SILVA; Hevellyn Camille da ¹, SOUZA; Elton Corrêa de ², FERREIRA; João Victor Mota ³, PIMENTEL; Débora Mesquita ⁴

RESUMO

O plano real objetivava a estabilização da inflação, utilizando-se, inicialmente, a taxa de câmbio como âncora para os preços. Porém, decorrente das fortes desvalorizações cambiais, atreladas à forte redução das reservas cambiais até meados de 1999, o Banco Central (BC) adotou o câmbio flutuante. Para controlar a inflação, diante da perda da âncora cambial, passa a adotar o regime de metas de inflação (RMI), cabendo à autoridade monetária a tarefa legal de cumprir estas metas por meio da calibragem da taxa de juros básica (SELIC). No entanto, a eficácia do RMI pode ser questionada, em que, nos últimos 24 anos, por 7 vezes (2001, 2002, 2003, 2015, 2017, 2021 e 2022) a inflação ultrapassou a banda superior. Destacamos que em 2015, 2017, 2021 e 2022, o país esteve envolvido profundamente com altas taxas de desemprego e baixo crescimento do PIB, o que contraria a lógica do RMI, que associa a inflação a pressões de demanda, ao passo que o Brasil enfrenta, nesse mesmo recorte temporal, a crise sanitária e humanitária da Covid-19. Nesse cenário atípico, de um lado, a inflação acelerou. De outro, o desemprego estava alto e havia uma ameaça de crise econômica. Nesse ambiente de elevada incerteza, com base no pensamento pós keynesiano, esperava-se que os bancos privados fossem exibir um comportamento cauteloso. Caberia aos bancos públicos se comportar de modo contracíclico, para expandir o crédito às pessoas físicas (PF) e, assim, preservar o movimento da economia. Contudo, a partir dos dados observados, o comportamento dos bancos privados foi de ampliação do crédito, o que trouxe um problema: com baixo crescimento do rendimento real no período da pandemia, a probabilidade de que se formasse um quadro de fragilidade financeira aumentava, o que, de fato, acabou acontecendo. Nesse período, o endividamento e a inadimplência aumentaram. Até o momento, o quadro delicado do crédito à PF se mantém. Segundo a PNAD, em dezembro de 2022, e janeiro e fevereiro de 2023, apesar do nível de desocupação ter diminuído, ainda é precipitado afirmar que haja recuperação econômica, o que reduziria a fragilidade. Enquanto o BC não se comprometer com a queda das taxas de juros, contribuindo no sentido de levar a economia ao pleno emprego, outro problema grave pode ocorrer. Os bancos privados já começaram a reduzir o ritmo de expansão do crédito às PF, ameaçando o consumo de bens básicos de milhões de brasileiros. O objetivo a que se propõe este trabalho é o estudo da evolução da concessão de crédito à PF pelas instituições financeiras, analisando, ao mesmo tempo, o comportamento do BC na determinação da SELIC para tentar “controlar” a inflação. Para estes fins, utilizaram-se os indicadores de crédito do BC e os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Conclui-se que, diante da alta taxa de juros e aumento da inadimplência, espera-se o comportamento restritivo dos bancos à oferta de crédito, desestimulando o consumo, a produção e o emprego, além de prejudicar as famílias que dependem do crédito para manter seu padrão de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Inflação, Selic, Crédito, Famílias

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, hevellyncamille9@gmail.com

² Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, titocorrea21.rj@gmail.com

³ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, jvjoao0112@gmail.com

⁴ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pimentel.deboram@gmail.com